

13. RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA PARA EFEITOS DO RERAE – S.I.C.I 93 BRAGA – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, S.A:

Da **Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, o pedido de reconhecimento do interesse público municipal para efeitos da RERAE, apresentado por **S.I.C.I 93 Braga – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, S.A.** com sede na Rua das Austrálias (Gondizalves) União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, deste concelho.

Anexa-se informação prestada pela mesma Divisão que passa a fazer parte integrante da minuta.

Concordo. Ao Senhor Presidente
para, caso o entenda, apresentar a
proposta à A.M.



BRAGA
Município

Município de Braga, 13/6/2017

O Vereador, com competência delegada
por Despacho do Presidente da Câmara
de 28 de Outubro de 2013,

Miguel de Melo Bandeira
Miguel de Melo Bandeira, Prof.

Remeter ao Sr. Diretor de D.M.U.U.P. 39
A.G.

Concordo com a informação de
D.P.R.R.V.

Deverá ser proposta o reconhecimento
de interesse público municipal.

7/6/2017

reginaldinho

Documento nº: I/48/DPRRU/2017

Data Registo: 05-06-2017

Assunto: Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para efeitos RERAE

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Entidade:

Nome/Designação: Filomena Farinhas

Endereço:

Processo(s):

- PROC/5/DPRRU/2017 - RERAE - Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas - SICI 93

A. M. de S. E. S.

Livro: Documento
Interno

17 06 20

[Handwritten signature]

Utilizador: Filomena Farinhas (Arq)

Destinatário: Miguel Mesquita (Eng)

Conhecimentos:

Data: 05-06-2017 11:55:41

Documento: I/48/DPRRU/2017

Caso seja aceite a proposta de emissão de certidão de reconhecimento de interesse público municipal para efeitos RERAE, recomendo a seguinte proposta de deliberação municipal:

"Nos termos do Decreto-Lei n.º 165/14 de 5 de novembro, artigo 5º alínea a), cujo prazo foi prorrogado pela Lei n.º 21/16 de 19 de julho, os pedidos de regularização extraordinária de atividades económicas têm de conter na sua instrução deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, caso a pretensão colida com o plano de ordenamento territorial em vigor.

A empresa SICI 93 apresenta pedido de ampliação das suas instalações em Gondizalves, pretensão que apenas colide com a Planta de Ordenamento do PDM em vigor, tendo a Junta da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves pronunciando-se a favor da ampliação.

Por não existirem inconvenientes urbanísticos no pedido, nos termos da informação I/48/DPRRU/2017, propõe-se, ao abrigo da alínea n) do n.º 2 do artigo 23º do regime jurídico das autarquias locais o envio do pedido para a Assembleia Municipal."

Filomena Farinhas

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Concordo. Ao Vereador do Pelouro do Urbanismo.

O DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO,
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO
António Zamith

08 JUN. 2017

*Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016

[Handwritten signature]

Recebi em 6/7/2017



BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PROC/5/DPRRU/2017 - I/48/DPRRU/2017

Requerente: SICI 93 - Sociedade de Investimentos Comerciais e Industriais, S.A.

Local da Obra: Rua das Austrálias - freguesia de Gondizalves

Assunto: Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para efeitos RERAE

Técnico responsável: Filomena Farinhas (Chefe de Divisão da DPRRU)

Identificação da Pretensão e âmbito do pedido de parecer técnico

1. Na sequência do I/25/DPRRU/2017 apresentam-se novos elementos que permitem a conclusão da análise ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal para efeitos de RERAE.

Análise Técnica

2. Através dos requerimentos 2594/URB/PED/17 e E/2872/DAC/2017 ultrapassam-se as questões solicitadas anteriormente, nomeadamente por a empresa já ser detentora do terreno necessário à ampliação, e por a Junta da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves ter manifestado o interesse na ampliação da empresa nos termos propostos, não sendo necessário salvaguardar área para futura ampliação de equipamento.

3. De acordo com os dados constantes no requerimento 11494/URB/PED/16, a empresa tem demonstrado um crescimento crescente, seja em necessidade de área de construção ocupada, em número de trabalhadores (já conta com 145, estimando-se um acréscimo de mais 35 postos de trabalho), e em faturação (na ordem dos 13M€ em 2016). Apresenta igualmente preocupações em termos ambientais e de responsabilidade social.

Proposta de decisão

4. Face aos elementos constantes no processo, nomeadamente à pronúncia da Junta da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, não se vê inconvenientes no reconhecimento de interesse público municipal por parte da Assembleia Municipal, para efeitos de instrução de candidatura ao regime extraordinário de regularização de atividades económicas - RERAE.

A Chefe da DPRRU,

Filomena Farinhas
05/06/2017

E/2872/DAE/2017

Su - H. - ...

*União de Freguesias
de
Ferreiros e Gondizalves*

Exmo. Senhor Presidente
Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4704-514 BRAGA

11494/2017/Ed/16

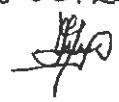
Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		0064/2017	18-04-2017

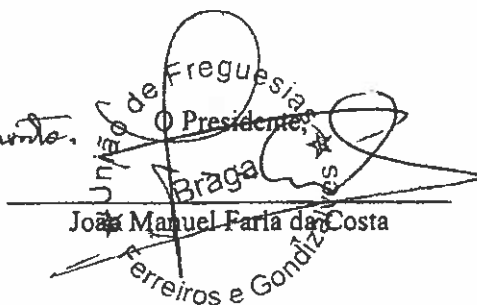
Assunto: Solicitação de Reconhecimento de Interesse Público para Instrução de Pedido no Âmbito do RERAE

Exmo. Senhor,

Reportando-me ao vosso ofício S/2872/DMUOPSA/2017, datado de 05/04/2017, cumpre-me informar V. Exa., que a União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, não vê qualquer inconveniente nos pontos 4 e 5 da informação RERAE (I/25/DPRR/2017).

Com os melhores cumprimentos,

De remeter à
DMUOPSA para procedimento.
08.05.2017



O Presidente
Braga
João Manuel Faria da Costa

Exmo Senhor

Presidente da Câmara Municipal

2574/URB/PED/17

11494/URB/PED/16

**REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO
DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO OU
INSTALAÇÃO INDUSTRIAL (TIPO 1,2,3)**

PROCº OBRAS Nº _____ | Licença de Utilização Nº 74 / 2011

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Daniel Gonçalves Gomes, contribuinte 196622018, residente na Rua do Souto, Nº 29, freguesia de Lomar, Braga em representação da sociedade S.I.C.I. 93 BRAGA – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, S.A. Contribuinte Nº 502 988 088, com sede na Rua das Austrálias, Nº 1, freguesia de Gondizalves, Município de Braga, Código Postal 4705-322, Telefone, 253 605 210, Fax 253 605 219, Email posto01@sici93.pt, telemóvel 966 712 247

2. NA QUALIDADE

☒ Proprietário ☐ Mandatário ☐ Arrendatário ☐ Usufrutuário ☐ Outro _____

3. LOCAL

Predio sito na Rua das Austrálias, Nº 1, da freguesia de Gondizalves, deste município. Descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 254, inscrito na matriz da união das freguesias de Ferreiros e Gondizalves sob o nº 1088.

Lote de Terreno inscrito na matriz da união das freguesias de Ferreiros e Gondizalves sob o Nº 174

4. OBJETO DO REQUERIMENTO

Aditamento ao Processo 11494/URB/PED/16, que por aquisição do lote de terreno designado de Bouça do Quinteiro, registado na Matriz sob o Nº 174 de Gondizalves, altera a alínea ii) do Número 4 do requerimento relativo ao referido processo, apresentado em 08/11/2016, passando esta sociedade a intervir, não na qualidade de interessados mas sim na qualidade de proprietário do referido lote de terreno.

5. MAIS DECLARA QUE:

1 - O estabelecimento e ou exploração encontra-se em desconformidade da localização com:

- ☐ Instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares
☐ Servidão administrativa
☐ Restrição de utilidade pública

Ang. Filomena
[Signature]
2017.04.10

35
A.P.



2 - O estabelecimento ou exploração integra-se na Indústria de:

- ☐ Tipo 1
- ☐ Tipo 2
- ☒ Tipo 3

3 - A tipologia de atividade é:

- ☒ Industrial
- ☐ Pecuária
- ☐ Operações de Gestão de Resíduos
- ☐ Explorações de Pedreiras

4 - O estabelecimento ou exploração desenvolveu atividade por um período mínimo de dois anos, encontrando-se o mesmo atualmente na situação de:

- ☒ Em atividade
- ☐ Com suspensão de atividade há menos de um ano. Se Sim especifique o prazo _____
- ☐ Com suspensão de atividade autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de 3 anos. Se Sim especifique o prazo _____

PEDE DEFERIMENTO

Braga, 10 de Março de 2016

S.I.C.I. 93 BRAGA, S.A.

A Administração

Assinatura _____

CONFERI A ASSINATURA PELO B.I.
N.º 09683413 de 22/01/2016
Pago pela guia n.º 5596
Vistoria _____

6. DOCUMENTOS EM ANEXO

- ☐ Exibir Bilhete de Identidade /passaporte, cartão de contribuinte ou cartão do cidadão
- ☐ Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respetivas plantas de condicionantes, e da planta síntese do loteamento, quando aplicável
- ☐ Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território (PEOT) nos casos aplicáveis (N.A.)
- ☐ Planta de localização e enquadramento à escala 1:25 000
- ☐ Planta de delimitação da área do estabelecimento ou das explorações, incluindo no caso das pedreiras, a delimitação da área total de exploração e da área de defesa, bem como nos casos aplicáveis da área a ampliar à escala 1: 10 000 ou outra considerada adequada
- ☐ Planta cadastral (Levantamento topográfico;
- ☐ Memória descritiva com a identificação da atividade exercida, a superfície total do terreno afeta às atividades, área total de implantação e construção, caracterização física dos edifícios, número de lugares de estacionamento por tipologias e acessos ao estabelecimento ou às explorações (Anexo I – alínea a)
- ☐ O valor de produção de bens e serviços, por atividade económica desenvolvida no estabelecimento, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (Anexo I – alínea b)
- ☐ A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos (Anexo I – alínea c)
- ☐ O número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local (Anexo I – alínea d)
- ☐ Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve histórico sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão (Anexo I – alínea e)
- ☐ A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactos da manutenção da atividade (Anexo I – alínea f)
- ☐ Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo (Anexo I – alínea g)
- ☐ Os custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento e de desmantelamento das explorações (Anexo I – alínea h)
- ☒ Outros elementos que o requerente considere relevantes para fundamentação do pedido (Anexo I – alínea i)
 - ☒ Cópia do contrato de compra e venda do lote de terreno designado de Bouça do Quinteiro, registado na Matriz sob o N.º 174 de Gondizalves, agora designado de artigo N.º 352 da união de freguesias de Ferreiros e Gondizalves;
 - ☒ Caderneta Predial Rustica Mod.A do artigo matricial 174/Gondizalves, agora designado de artigo N.º 352 da união de freguesias de Ferreiros e Gondizalves;
 - ☒ Certidão Permanente No. PA-1385-84230-030318-000499, do

S.I.C.I. 93 BRAGA, S.A.

A Administração



AT
autoridade
tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL RÚSTICA

Modelo A

SERVIÇO DE FINANÇAS: 3425 - BRAGA-2

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 03 - BRAGA CONCELHO: 03 - BRAGA FREGUESIA: 71 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES

SECÇÃO: ARTIGO MATRICIAL Nº: 352 ARV:

TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

Freguesia: 030318 Tipo: R Secção: Artigo: 174 Arv/Col:

NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO

Bouça do Quinteiro - Quinteiro

CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO

Norte: Maria Cristiana Mag.Lopes Teixeira Sul: Rua das Austrálias

Nascente: campo de futebol Poente: SIII 93 de Braga

ELEMENTOS DO PRÉDIO

Ano de inscrição na matriz: 1988 Valor Patrimonial Inicial: €25,23

Valor Patrimonial Actual: €499,60 Determinado no ano: 1989

Área Total (ha): 0,161600

Descrição: Pinhal e mato

TITULARES

Identificação fiscal: 502988088 Nome: S I C I 93 BRAGA SOC DE INVESTIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS SA

Morada: RUA DAS AUSTRALIAS N 1, GONDIZALVES BRG, 4705-322 BRAGA

Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: ESCRITURA PUBLICA Entidade: 147598885

OBSERVAÇÕES

Req. ent.1949, de 30/01/2008 e despacho do chefe de 30/01/2008

Obtido via Internet em 2017-03-09

O Chefe de Finanças

(António Manuel Lopes Teixeira)

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: PA-1385-84230-030318-000499

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 7877, Livro N.º: 29

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO

DENOMINAÇÃO: BOUÇA DO MONTE DO QUINTEIRO

SITUADO EM: Quinteiro

ÁREA TOTAL: 5954 M2

MATRIZ n.º: 352 NATUREZA: Rústica

FREGUESIA: Ferreiros e Gondizalves.

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terra de mato e pinhal.

Norte - Maria Cristiana Magalhães Lopes Teixeira; sul - rua das Austrálias; nascente- campo de futebol e poente- "S.I.C.I 93 Braga S.A".

O(A) Conservador(a)

Carlos Manuel Correia Vilar

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga

AP. 2239 de 2016/12/30 14:26:25 UTC - Aquisição

Registado no Sistema em: 2016/12/30 14:26:25 UTC

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** S.I.C.I 93 BRAGA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS COMERCIAIS E INDÚSTRIAS S.A

NIPC 502988088

Sede: Rua das Austrálias n.º 1 - união de Ferreiros e Gondizalves

Localidade: Braga

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES

NIPC 510835780

O(A) Conservador(a)

Carlos Manuel Correia Vilar

31
A.A

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Certidão permanente disponibilizada em 23-12-2016 e válida até 23-06-2017

MAÇO	1/2016
D.P.A.	16/2016
Folhas	de 4

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

-----No dia vinte e oito de dezembro de dois mil e dezasseis, em Braga, é celebrado o presente contrato ENTRE:-----

-----Primeiro - **JOÃO MANUEL FARIA COSTA**, casado, natural da freguesia de Braga (São João do Souto), concelho de Braga, titular do cartão de cidadão emitido pela República Portuguesa com o número de identificação civil 03841080 OZY3, válido até 14-05-2018, que neste acto outorga na qualidade de **Presidente da Junta da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES**, com poderes para o acto e em representação da **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES**, autarquia local com número de pessoa colectiva 510835780 e sede na Rua Maria Amélia Bastos Leite, número 182, Ferreiros, Braga, no uso dos poderes que lhe foram conferidos em reunião da Junta de Freguesia de vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis, de que apresenta fotocópia devidamente certificada.

-----Segundo - **ANTÓNIO SILVA DA RESSURREIÇÃO**, divorciado, titular do cartão de cidadão emitido pela República Portuguesa com o número de identificação civil 08603869 5ZZ1, válido até 17-10-2017, natural da freguesia de Balugães, concelho de Barcelos, residente Rua Gil Vicente, 22, Nogueira, Braga; e **DANIEL GONÇALVES GOMES**, titular do cartão de cidadão emitido pela República Portuguesa com o número de identificação civil 09683413 7ZX8, válido até 20-01-2020, natural da freguesia de Trandeiras, concelho de Braga, residente na Rua do Souto, nº 29, freguesia de Lomar, Braga, os quais outorgam na qualidade de **Presidente e Vogal do Conselho de Administração da sociedade comercial designada por "S.I.C.I 93 BRAGA - Sociedade de Investimentos Comerciais e Industriais, S.A."**, pessoa colectiva com o NIPC 502988088, matriculada com o mesmo número, com o capital social de um milhão e setenta mil euros dividido em duzentos e catorze mil acções com o valor nominal de cinco euros cada e sede na Rua das Austrálias, nº 1, da União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves. -----

-----DECLARA O PRIMEIRO OUTORGANTE: -----

-----Que pelo preço de VINTE E CINCO MIL EUROS, que já recebeu, vende, em nome da sua representada, á representada dos segundos outorgantes, o seguinte: ----

-----UM - Prédio rústico denominado **BOUÇA DO MONTE DO QUINTEIRO**, de pinhal e mato, com a área de cinco mil novecentos e cinquenta e quatro metros quadrados, sito em Quinteiro, freguesia de Gondizalves, actualmente integrada na União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, a confrontar do norte com Maria Cristina Magalhães Lopes Teixeira, do sul com a rua das Austrálias, do nascente com o campo de futebol e do poente com S.I.C.I 93 Braga, S.A., descrito na segunda Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número **QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE - GONDIZALVES**, inscrito na respectiva matriz daquela União de Freguesias sob o artigo 352, com o valor patrimonial tributável actual de 56,01 €.-

-----Que tal prédio, registado a favor da sua representada pela apresentação número vinte e sete, de vinte e cinco de março de mil novecentos e noventa e um, tem efectivamente a área de cinco mil novecentos e cinquenta e quatro metros quadrados e não a de mil seiscentos e dezasseis metros quadrados constantes da descrição, a esta levados por ser a que constava da matriz. Inicialmente o prédio (*extractado do número 7877, do livro B-29*), tinha a área inicial de vinte e seis novecentos e trinta e oito metros quadrados e não a de vinte e dois mil e seiscentos metros quadrados daquela descrição constantes e a ela levados por ser a que inicialmente constava da respectiva matriz. O prédio não sofreu qualquer alteração na sua configuração, a não ser as resultantes das desanexações referentes aos prédios aí descritos sob os números cento e oito (*vinete mil novecentos e trinta e nove metros quadrados*) e cento e dezanove (*quarenta e cinco metros quadrados*), de Gondizalves. Conclui-se assim que: a) a área de vinte e dois mil e seiscentos metros quadrados levados inicialmente à descrição - *por ser a que então constava da matriz* - resulta de erro de medição, conforme se comprova pela planta topográfica que ao presente contrato se anexa, mandada elaborar nos termos e para os efeitos do artigo 28º-C do Código do Registo Predial, na sequência das diligências levadas a cabo por virtude da presente venda; b)

MAÇO	1/2016
D.P.A.	16/2016
Folhas	2 de 4

que esse erro inicial se reflectiu na actualização matricial do prédio em questão e, consequentemente, na actualização da descrição aqui em causa. -----

-----Que a sua representada faz a presente venda livre de quaisquer ónus ou encargos.-----

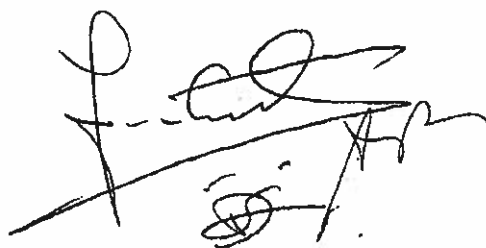
-----DECLARARAM OS SEGUNDOS OUTORGANTES:-----

-----Que, nos termos exarados, aceitam para a sua representada o presente contrato.-----


-----DECLARARM AINDA TODOS OS OUTORGANTES:

-----Que no presente negócio não recorreram à mediação imobiliária. -----

João Manuel Faria
Assessor
Sant



MAÇO	1/2016
D.P.A.	16/2016
Folhas	1 de 4

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

-----No dia vinte e oito de dezembro de dois mil e dezasseis, perante mim, António Augusto da Silva, solicitador, titular da cédula profissional 1573, no meu escritório sito no Campo das Hortas, nº 60, 1º andar, sala 6, da cidade de Braga, compareceram:

-----Primeiro - **JOÃO MANUEL FARIA COSTA**, casado, natural da freguesia de Braga (São João do Souto), concelho de Braga, titular do cartão de cidadão emitido pela República Portuguesa com o número de identificação civil 03841080 OZY3, válido até 14-05-2018, que neste acto outorga na qualidade de **Presidente da Junta da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES**, com poderes para o acto e em representação da **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES**, autarquia local com número de pessoa colectiva 510835780 e sede na Rua Maria Amélia Bastos Leite, número 182, Ferreiros, Braga, no uso dos poderes que lhe foram conferidos em reunião da Junta de Freguesia de vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis, de que apresenta fotocópia devidamente certificada.

-----Segundo - **ANTÓNIO SILVA DA RESSURREIÇÃO**, divorciado, titular do cartão de cidadão emitido pela República Portuguesa com o número de identificação civil 08603869 5ZZ1, válido até 17-10-2017, natural da freguesia de Balugães, concelho de Barcelos, residente, Rua Gil Vicente, 22, Nogueira, Braga; e **DANIEL GONÇALVES GOMES**, titular do cartão de cidadão emitido pela República Portuguesa com o número de identificação civil 09683413 7ZX8, válido até 20-01-2020, natural da freguesia de Trandeiras, concelho de Braga, residente na Rua do Souto, nº 29, freguesia de Lomar, Braga, os quais outorgam na qualidade de **Presidente e Vogal do Conselho de Administração da sociedade comercial designada por "S.I.C.I 93 BRAGA - Sociedade de Investimentos Comerciais e Industriais, S.A."**, pessoa colectiva com o NIPC 502988088, matriculada com o mesmo número, com o capital social de um milhão e setenta mil euros dividido em duzentos e catorze mil acções com

o valor nominal de cinco euros cada e sede na Rua das Austrálias, nº 1, da União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves. -----

-----Os signatários apresentaram o documento em anexo que é um contrato de compra e venda, referente ao prédio descrito na segunda Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE - GONDIZALVES, inscrito na respectiva matriz da União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves no artigo 352 rústico, tendo todos declarado que já o leram, rubricaram e assinaram, exprimindo o seu conteúdo a sua inteira vontade.-----

-----Pelos signatários foi ainda declarado que, no presente negócio jurídico, não recorreram a mediação imobiliária, tendo-lhes sido feita a advertência de que a omissão ou a prestação de falsas declarações sobre a intervenção de mediador imobiliário no contrato faz incorrer as partes na pena prevista para o crime de falsidade de depoimento ou declaração, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º211/2004, de 20 de Agosto. -----

-----Verifiquei:-----

-----a) A identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos documentos de identificação; -----

-----b) A qualidade e representação invocadas pelos segundos outorgantes através da consulta da certidão permanente com o código de acesso 5105-8222-5072, disponível em <https://bde.portaldocidadao.pt/evo/services/online/pedidos.aspx?service=CCP>.

-----c) Pela Certidão Permanente com o código de acesso GP-1382-11876-030318-000499, disponível em www.predialonline.pt, onde acedi, os elementos registrais do prédio identificado no contrato objecto do presente termo de autenticação; -----

-----d) Pela Caderneta Predial Rústica obtida via internet em 12-12-2016 e duplicado do pedido de rectificação de área apresentado no Serviço de Finanças (2)

MAÇO	1/2016
D.P.A.	16/2016
Folhas	4 de 4

em 22-12-2016, bem como pela planta topográfica em tal contrato referida, os elementos matriciais do artigo 352 rústico em tal contrato melhor identificado.-----

-----Arquivo:-----

-----a) A fotocópia da acta número vinte, referente á sessão ordinária da Junta de Freguesia da União de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves, de vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis, pela qual verifiquei a qualidade e poderes do primeiro outorgante em representação daquele órgão autárquico:-----

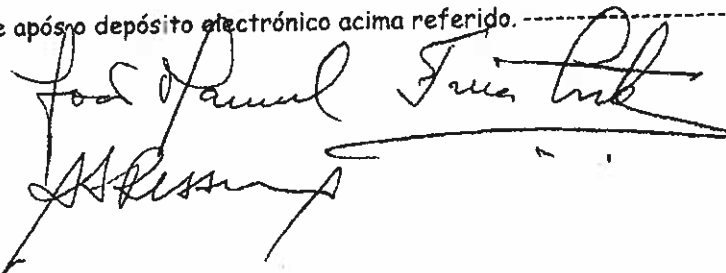

-----b) A mencionada planta topográfica:-----

-----c) Documento único de cobrança com o número 163016081979067, comprovativo da liquidação do imposto do selo da verba 1.1 da Tabela Geral, no montante de 200,00 €, pago em 23-12-2016 na TF 0361, referente á venda a que o aludido contrato se refere;

-----d) Declaração para liquidação de IMT e respectivo documento único de cobrança com o número 160116343247033, comprovativos da liquidação do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, no montante de 1.250,00 €, pago em 23-12-2016 na TF 0361, referente á venda a que o aludido contrato se refere. ---

-----O presente termo de autenticação e o contrato de compra e venda a que o mesmo se refere, foram lidos e explicados aos signatários, os quais vão ser depositados, ainda hoje, em www.predialonline.mj.pt, obrigatoriamente, compondo-se, no seu conjunto, de quatro folhas por mim numeradas e rubricadas e que ficam arquivadas no MAÇO de DOCUMENTOS PARTICULARES AUTENTICADOS Nº 1/2016, sob o número 16/2016.

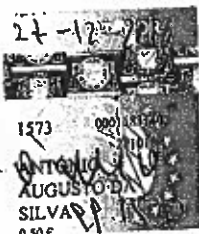
-----Foi ainda explicado aos signatários que o procedimento de titulação do negócio jurídico por eles celebrado através do referido contrato, só fica completo e com inteira validade após o depósito electrónico acima referido.-----

• 
• 
•


[Handwritten signature]

o polieitorado,

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

 BRAGA Município DMUOP - SECRETARIA DE APOIO - DMUOPSA	REGISTADO
	Data de Remessa

Exmo. (a) Senhor (a)

S.I.C.193 BRAGA

RUA DAS AUSTRÁLIAS, Nº 1- GONDIZALVES

4705-322 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		Of. n.º S/2875/DMUOPSA/2017	05-04-2017

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERAE	Processo n.º 11494/URB/PED/16
--	--------------------------------------

Local da Obra: Rua das Austrálias, n.º1 - Gondizalves

Vem por este meio,

- ☐ - Notificar V. Ex.ª que o projecto em epigrafe, foi indeferido por despacho do Vereador Miguel Bandeira de
- ☐ - Notificar V. Ex.ª que deverá suprir as deficiências verificadas nos elementos instrutores do pedido, ao abrigo do art.º do Dec-Lei n.º 555/99 e conforme informação de que se anexa fotocópia.
- ☒ - Relativamente ao assunto acima mencionado, comunicar a V. Exa. que a União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves foi notificada para se pronunciar nos termos da informação da DPRRU de 03/03/2017 da qual se anexa fotocópia.

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,



(Miguel de Melo Bandeira (Prof.))

Na resposta deverá indicar o número, data e referência do presente ofício

21
A.F.

 BRAGA Município DMUOP - SECRETARIA DE APOIO - DMUOPSA	REGISTADO
	Data de Remessa

Exmo. (a) Senhor (a)

União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves

Rua Maria Amélia Bastos Leite, n.º 182

4705 - 120 Ferreiros

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		Of. n.º S/2872/DMUOPSA/2017	05-04-2017

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERA

Processo n.º 11494/URB/PED/16

Local da Obra: Rua das Austrálias, n.º1 - Gondizalves

Vem por este meio,

- ☐ - Notificar V. Ex.ª que o projecto em epígrafe, foi indeferido por despacho do Vereador Miguel Bandeira, de
- ☐ - Notificar V. Ex.ª que deverá suprir as deficiências verificadas nos elementos instrutores do pedido,
- ☒ - Relativamente ao assunto acima mencionado, notificar a V. Exa. que deverá se pronunciar relativamente ao teor da informação da DPRRU de 03/03/2017 da qual se anexa fotocópia.
- ☐ -

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,



(Miguel de Melo Bandeira (Prof))

Na resposta deverá indicar o número, data e referência do presente ofício

Utilizador: joao.oliveira

Praça do Município 4704 - 514 BRAGA - tel. 253 203 150 - fax 253 613 387 - e-mail : municipo@cm-braga.pt



BRAGA
Município

Documento nº: I/25/DPRRU/2017

Data Registo: 03-03-2017

Assunto: Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERAE

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Filomena Farinhas

Endereço:

Utilizador: Filomena Farinhas (Arq)

Destinatário: Miguel Mesquita (Eng)

Conhecimentos:

Data: 03-03-2017 17:30:37

Documento: I/25/DPRRU/2017

Nos termos da Ordem de Serviço n.º 2/DMUOP/2016 junto envio a informação prestada para despacho.

Filomena Farinhas

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Notifique-se e Comunique-se
Conforme proposta.

14 MAR 2017

DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO
António Zamith

*Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016

[Assinatura]

Remeter à DMUOP
concordo com a informação do DPRRU
Deveria ser outido de VF local.

10/3/2017

Miguel Araújo

Indo-se modificar a U. Freguesias
de Gondizluis e Feneiros nos
termos do despacho do Sr.
Diretor de Departamento.
Deveria ser dado conhecimento
ao requerente. (16.2017.03.14)



Divisão de Planeamento Revitalização e
Regeneração Urbana

Assunto: Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERAe (I/25/DPRRU/2017)

Identificação da Pretensão e âmbito do pedido de parecer técnico

1. Pretende a empresa S.I.C.I. 93 Braga o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAe, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07.

Análise Técnica

2. Pretende-se a regularização da atividade económica de fabrico e comercialização de vestuário de malhas, tipo 3, para ampliação em desconformidade com o instrumento de gestão territorial em vigor. O pedido não colide com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

3. De acordo com os dados apresentados no Anexo I do requerimento, a empresa tem demonstrado um crescimento crescente, seja em necessidade de área de construção ocupada, em número de trabalhadores (já conta com 145, estimando-se um acréscimo de mais 35 postos de trabalho), e em faturação (na ordem dos 13 M€ em 2016). Apresenta igualmente preocupações em termos ambientais e de responsabilidade social.

4. A ampliação pretendida é sobre um terreno da Junta de Freguesia de ^{Condizadelo} ~~Barcelos~~, pelo que seria conveniente que a mesma se pronunciasse formalmente sobre o pedido, nomeadamente sobre o seu interesse em salvaguardar (ou não) área para futura ampliação de espaço destinado a equipamento.

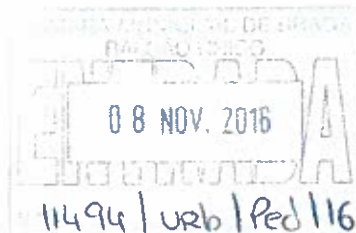
5. A atividade em si não é prejudicial para a área envolvente, pelo contrário trata-se de uma colmatação do espaço de atividades económicas existente. Existe contudo um défice de oferta de lugares de estacionamento que poderá ser agravado com a ampliação pretendida. A pretensão indica a criação de oferta de 49 novos lugares de estacionamento ligeiros, sendo 30 para suprir necessidades privadas, pelo que seria conveniente que a Junta de Freguesia se pronunciasse igualmente sobre as condições de gestão desta oferta de estacionamento.

Proposta de decisão

6. Atendendo ao exposto recomenda-se a prévia audição da Junta.

A Chefe da DPRRU,

Filomena Farinhas
03/03/2017

**SICI93**

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal

DPJ
=

13
A.F.

**REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO
DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO OU
INSTALAÇÃO INDUSTRIAL (TIPO 1,2,3)**

PROCº OBRAS Nº _____ | Licença de Utilização Nº 74 / 2011

Código comercial: S105-8222-5072

O assymp deve
ser remetido à
DPURU. Me. 2017.01.05

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Daniel Gonçalves Gomes, contribuinte 196622018, residente na Rua do Souto, Nº 29, freguesia de Lomar, Braga em representação da sociedade S.I.C.I. 93 BRAGA – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, S.A. Contribuinte Nº 502 988 088, com sede na Rua das Austrálias, Nº 1, freguesia de Gondizalves, Município de Braga, Código Postal 4705-322, Telefone, 253 605 210, Fax 253 605 219, Email posto01@sici93.pt, telemóvel 966 712 247

2. NA QUALIDADE

X Proprietário ☐ Mandatário ☐ Arrendatário ☐ Usufrutuário ☐ Outro _____

3. LOCAL

Predio sito na Rua das Austrálias, Nº 1, da freguesia de Gondizalves, deste município. Descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 254, inscrito na matriz da união das freguesias de Ferreiros e Gondizalves sob o nº 1088.

Lote de Terreno inscrito na matriz da união das freguesias de Ferreiros e Gondizalves sob o Nº 174

4. OBJETO DO REQUERIMENTO

Vem por este meio requerer a Vª Exª a emissão de certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento, no âmbito da aplicação, com caracter extraordinário, do regime de ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de exploração de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo, abrangidos pelo Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro:

- i) Na qualidade de proprietários: a ampliação das instalações, no logradouro contíguo ao lado Nascente do edifício sito na Rua das Austrálias Nº 1, da freguesia de Gondizalves, artigo registado na Matriz sob o Nº 1088 da União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves
- ii) Na qualidade de interessados: a alteração da classificação atual lote de terreno designado de Bouça do Quinteiro, registado na Matriz sob o Nº 174 de Gondizalves, contíguo (a Nascente) ao nosso edifício supra, que permita o alargamento das nossas instalações para o referido lote.

[Handwritten signature]



SICI93

17
A.F.

5. MAIS DECLARA QUE:

1 - O estabelecimento e ou exploração encontra-se em desconformidade da localização com:

- ☐ Instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares
- ☐ Servidão administrativa
- ☐ Restrição de utilidade pública

2 - O estabelecimento ou exploração integra-se na Indústria de:

- ☐ Tipo 1
- ☐ Tipo 2
- ☒ Tipo 3

3 - A tipologia de atividade é:

- ☒ Industrial
- ☐ Pecuária
- ☐ Operações de Gestão de Resíduos
- ☐ Explorações de Pedreiras

4 - O estabelecimento ou exploração desenvolveu atividade por um período mínimo de dois anos, encontrando-se o mesmo atualmente na situação de:

- ☒ Em atividade
- ☐ Com suspensão de atividade há menos de um ano. Se Sim especifique o prazo _____
- ☐ Com suspensão de atividade autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de 3 anos. Se Sim especifique o prazo _____

PEDE DEFERIMENTO

Braga, 28 de Outubro de 2016

S.L.C.I. 93 BRAGA, S.A.

A Administração

Assinatura _____

CONFIRMAR ASSINATURA PELO B.I.
N.º 09623413 de 28/10/2016
Pago pela guia n.º 9617/2016
Vistoria _____



6. DOCUMENTOS EM ANEXO

- ☒ Exibir Bilhete de Identidade /passaporte, cartão de contribuinte ou cartão do cidadão
- ☒ Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respetivas plantas de condicionantes, e da planta síntese do loteamento, quando aplicável
- ☐ Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território (PEOT) nos casos aplicáveis (N.A.)
- ☒ Planta de localização e enquadramento à escala 1:25 000
- ☒ Planta de delimitação da área do estabelecimento ou das explorações, incluindo no caso das pedreiras, a delimitação da área total de exploração e da área de defesa, bem como nos casos aplicáveis da área a ampliar à escala 1: 10 000 ou outra considerada adequada
- ☒ Planta cadastral (Levantamento topográfico;
- ☒ Memória descritiva com a identificação da atividade exercida, a superfície total do terreno afeta às atividades, área total de implantação e construção, caracterização física dos edifícios, número de lugares de estacionamento por tipologias e acessos ao estabelecimento ou às explorações (Anexo I – alínea a)
- ☒ O valor de produção de bens e serviços, por atividade económica desenvolvida no estabelecimento, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (Anexo I – alínea b)
- ☒ A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos (Anexo I – alínea c)
- ☒ O número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local (Anexo I – alínea d)
- ☒ Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve historial sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão (Anexo I – alínea e)
- ☒ A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactes da manutenção da atividade (Anexo I – alínea f)
- ☒ Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo (Anexo I – alínea g)
- ☒ Os custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento e de desmantelamento das explorações (Anexo I – alínea h)
- ☒ Outros elementos que o requerente considere relevantes para fundamentação do pedido (Anexo I – alínea i)



MUNICÍPIO DE BRAGA

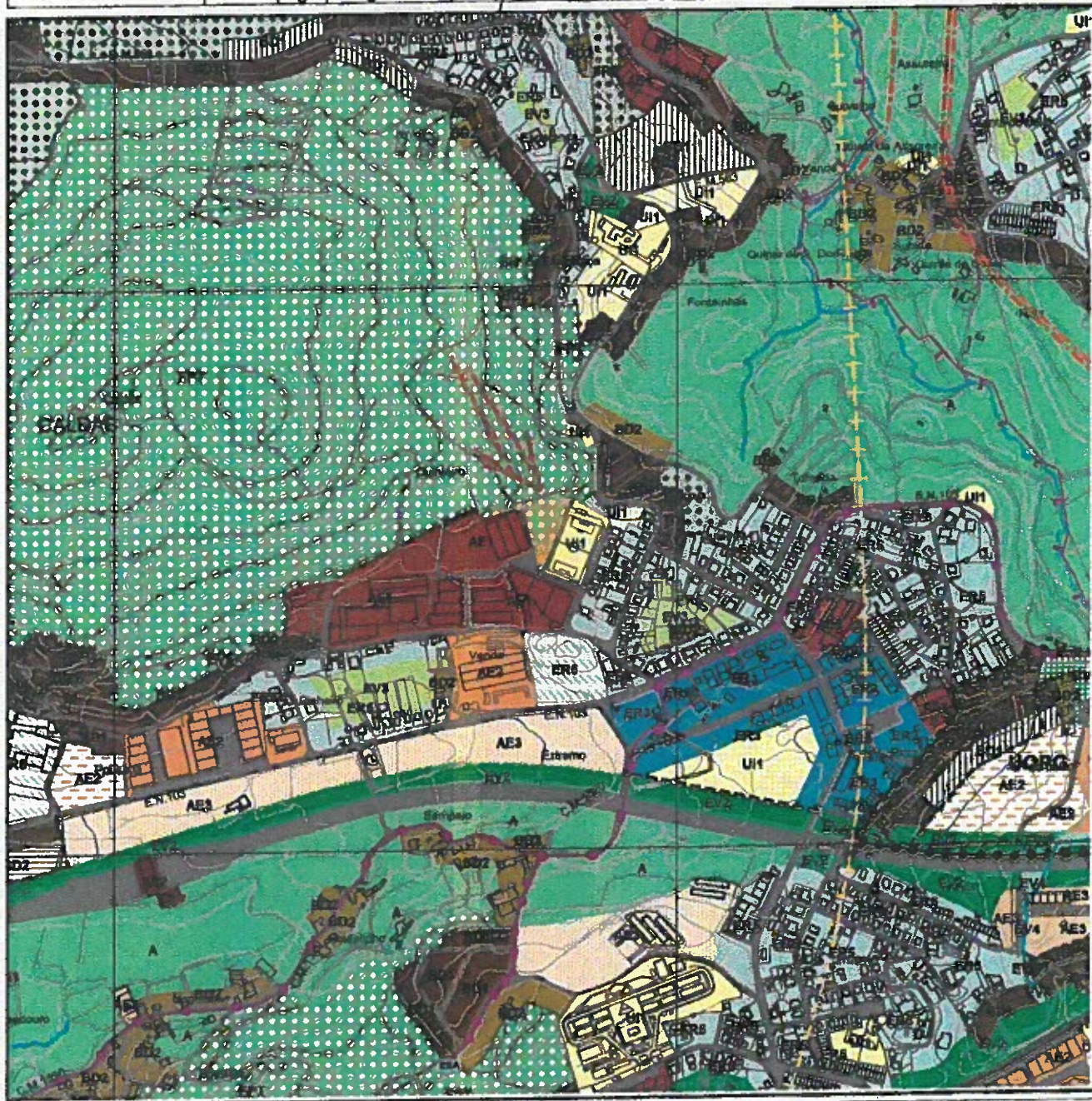
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA

Planta de Classificação e Qualificação do Solo
Planta paga pela guia n.º 9387/16

Esc. 1/ 10000



947/2016



REQUERENTE: _____

Data: 31-10-2016

LOCAL DA OBRA: _____

FREGUESIA: _____

FUNÇÃOÁRIO: _____



MUNICÍPIO DE BRAGA

REPRODUÇÃO DA CARTA MILITAR

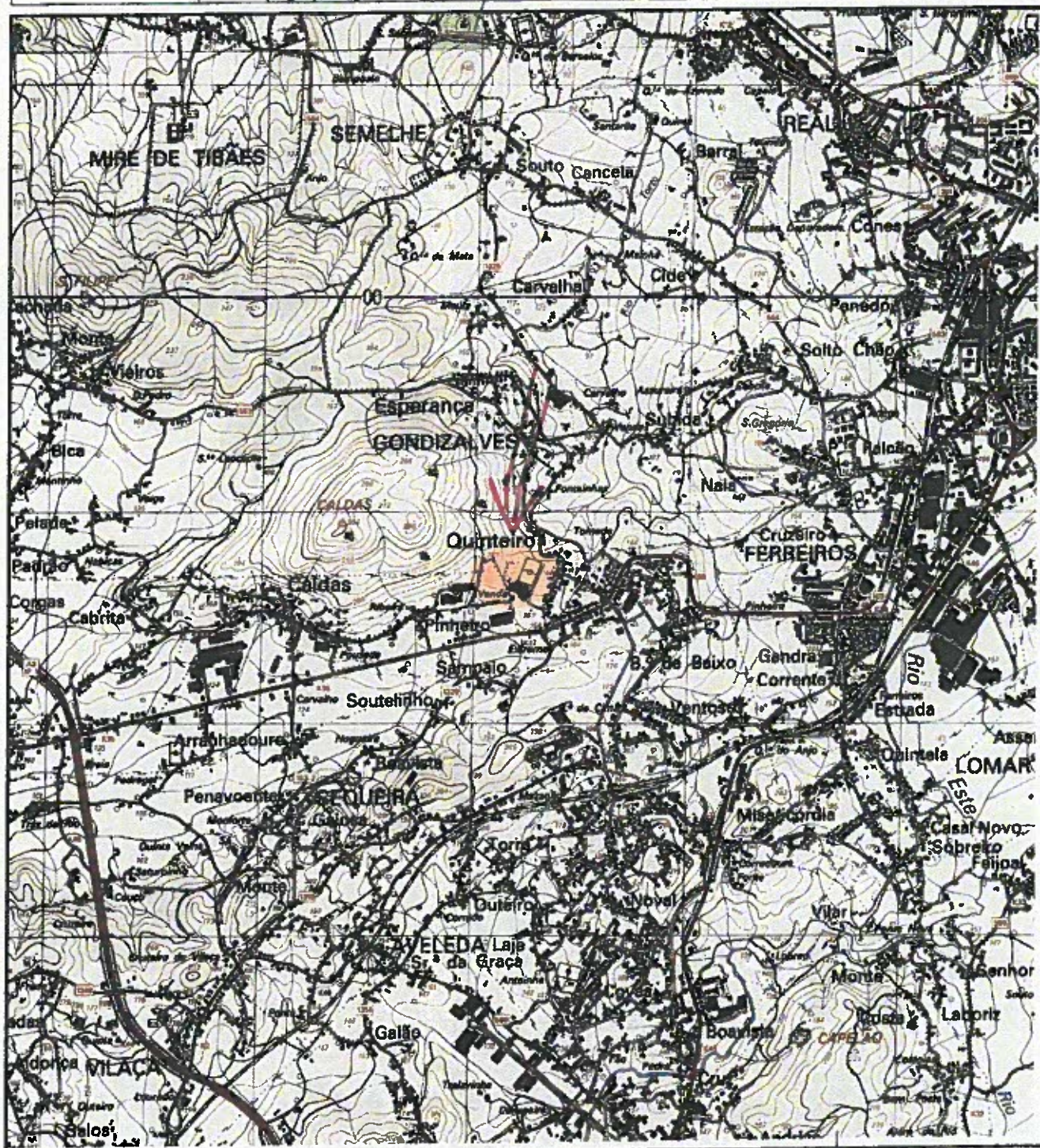
Carta Militar

Planta paga pela guia n.º 9386/16

Esc. 1/ 25000



947/2016



REQUERENTE: _____

Data: 31-10-2016

LOCAL DA OBRA: _____

FREGUESIA: _____

FUNÇÃOÁRIO: _____



BRAGA
Município

MUNICÍPIO DE BRAGA

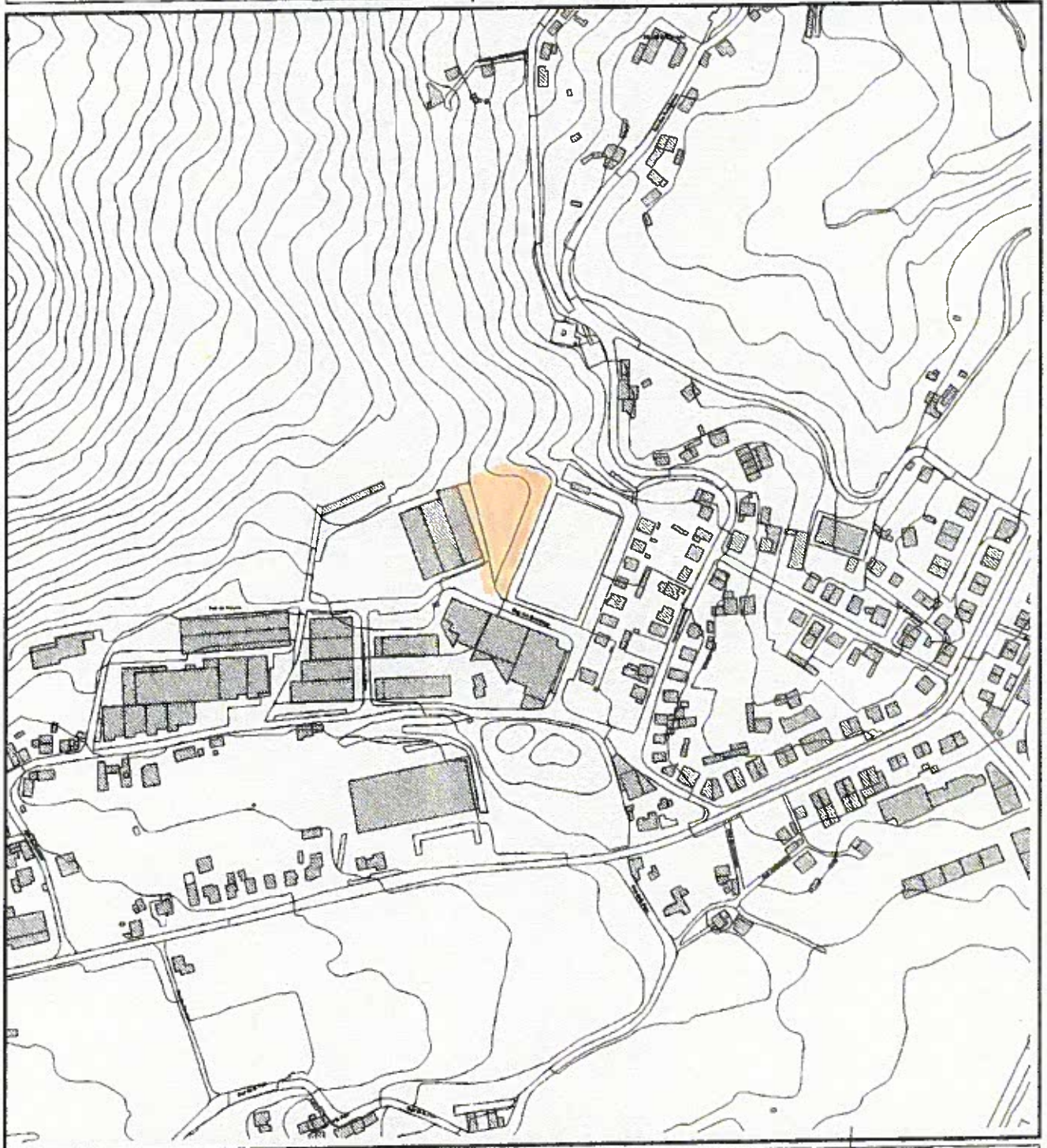
CARTOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE BRAGA

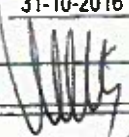
Planta de Localização
Planta paga pela guia n.º 9387/16

Esc. 1/5000



947/2016



REQUERENTE: _____	Data: 31-10-2016
LOCAL DA OBRA: _____	FUNCIONÁRIO: 
FREGUESIA: _____	